



CENTRO  
ZULMIRA  
PEREIRA  
SIMÕES  
RORIZ | BARCELOS

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

**Centro Zulmira Pereira Simões – Instituição Particular de Solidariedade Social de Roriz**

**NIF: 510 113 328**

**Exercício de 2025**

Nos termos da lei, conforme previsto no artigo 14.º do DL 172-A de 14 de novembro e nos termos da alínea c) do artigo 32 dos estatutos, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, apresentados pela Direção do Centro Zulmira Pereira Simões – Instituição Particular de Solidariedade Social de Roriz.

### **1. Âmbito da análise**

O Conselho Fiscal acompanhou, ao longo do exercício, a atividade da Instituição, tendo procedido à análise regular da documentação contabilística e financeira, bem como à verificação do cumprimento das disposições legais, estatutárias e regulamentares aplicáveis às IPSS.

### **2. Atividade desenvolvida**

Durante o exercício de 2025, a Instituição prosseguiu as suas atividades nas valências de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário, assegurando o apoio social aos seus utentes no âmbito da sua missão de solidariedade social.

### **3. Demonstrações financeiras**

Foram analisadas as demonstrações financeiras do exercício de 2025, designadamente o Balanço, a Demonstração de Resultados e o Anexo.

Da análise efetuada, conclui-se que as referidas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada a situação financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2025.

Regista-se, contudo, uma diminuição do resultado operacional de 11,6% face ao exercício anterior, tendo este passado de 80.222,30 euros para 70.918,55 euros, evidenciando uma redução da margem operacional.

Esta evolução ocorre apesar do crescimento da atividade, verificando-se um aumento das prestações de serviços de 876.032,00 euros em 2024 para 963.690,00 euros em 2025, correspondente a uma variação positiva de aproximadamente 10,0%.

A redução do resultado operacional é, em grande medida, explicada pelo aumento dos gastos operacionais, nomeadamente:

- Os gastos com pessoal, que passaram de 542.396,00 euros para 605.513,77 euros, representando um acréscimo de 11,64%, com impacto estrutural relevante, bastante superior ao aumento do SMN e superior ao aumento percentual verificado nas receitas.

- Os fornecimentos e serviços externos (FSE), que evoluíram de 328.115,00 euros para 370.688,68 euros, traduzindo um aumento de aproximadamente 13%;
- No âmbito dos FSE, destaca-se ainda o aumento expressivo dos honorários, que passaram de 23.561,00 euros para 44.444,00 euros, correspondendo a uma variação de cerca de 88,7%.

O resultado líquido do exercício apresenta um valor negativo de 1.742,63 euros, situação que, não sendo materialmente relevante, deve merecer acompanhamento atento por parte da Direção, recomendando-se a adoção de medidas de gestão que promovam o equilíbrio financeiro nos exercícios futuros.

#### **4. Relatório de gestão**

O Relatório de Gestão apresentado pela Direção descreve de forma adequada a evolução da atividade da Instituição, bem como os principais aspetos da sua situação económica e financeira.

#### **5. Cumprimento legal e estatutário**

No decurso das verificações efetuadas, não foram identificadas irregularidades relevantes que contrariem as disposições legais e estatutárias aplicáveis às IPSS.

#### **6. Parecer**

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que:

- Sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2025;
- Seja aprovado o resultado líquido negativo de 1.742,63 euros, bem como a respetiva proposta de aplicação de resultados apresentada pela Direção.

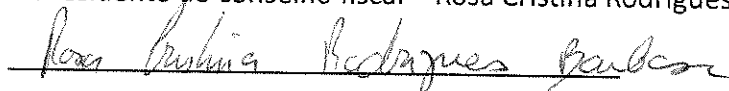
#### **7. Recomendações**

O Conselho Fiscal recomenda à Direção a continuação de uma gestão prudente, com especial enfoque no controlo dos gastos com pessoal e dos fornecimentos e serviços externos, assegurando que o crescimento da atividade seja acompanhado por níveis adequados de eficiência, de forma a reforçar o equilíbrio económico-financeiro da Instituição e a depender cada vez menos de receitas extraordinárias.

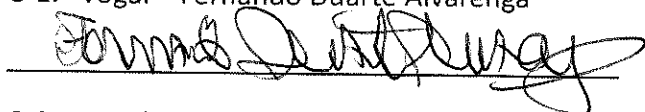
Barcelos, 30 de março de 2026

O Conselho Fiscal

A Presidente do conselho fiscal – Rosa Cristina Rodrigues Barbosa



O 1.º Vogal – Fernando Duarte Alvarenga



O 2.º Vogal- Manuel António da Cunha Barbosa

